

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS COM ENTREGA IMEDIATA – PARTICIPAÇÃO RESTRIITA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 22/2020 - CSJRP PROCESSO n.º 941/2020 - CSJRP

OFERTA DE COMPRA Nº102324100612020C00023

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03/11/2020

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/11/2020 – às 09h00min

0(A) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas U'nesp Campus de São José do Rio Preto, por intermédio do(a) Senhor(a) Juliano Cesar Torres, RG nº 21.698.339-3 e CPF nº 162.241.178-10, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jd. Nazareth, CEP 15054-000, São José do Rio Preto, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a AQUISIÇÃO DE AVENTAL, LUVA E MÁSCARA COM ENTREGA IMEDIATA, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, o que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS, COM ENTREGA IMEDIATA – PARTICIPAÇÃO RESTRIITA A ME/EPP/COOPERATIVAS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 23/2020 PROCESSO n.º 941/2020 - CSJRP

OFERTA DE COMPRA Nº 102324100612020C00025

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03/11/2020

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/11/2019 – às 09h00

A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO – UNESP – INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, por intermédio do Senhor Diretor, Prof. Dr. Julio Cesar Torres, RG nº 21.698.339-3 e CPF nº 162.241.178-10, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth, São José do Rio Preto, SP, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE COM ENTREGA IMEDIATA, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, o que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

O Pregoeiro comunica que, no edital publicado no DOE 28/10/2020, restou, em virtude de erro material, equivocada informação, a qual passamos a retificar, frisando que o equívoco foi apenas no edital publicado no DOE 28-10-2020. Assim, onde se lê:

Preâmbulo: "...Sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo nº 256/2020 – DG/MP, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas dependências dos imóveis ocupados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, localizados na Capital e no Interior.

3.2.1. Em se tratando de licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, não há necessidade de a licitante cotar todos os lotes previstos no ANEXO I deste Edital. Contudo é obrigatória a apresentação de proposta para todas as localidades que integram o lote cotado.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais) e incidirá sobre o valor mensal estimado da contratação, cuja alteração pela área interessada, se for o caso, poderá ocorrer até o limite máximo de 1% (um por cento). Leia-se:

Preâmbulo: "...Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE – Processo nº 256/2020 – DG/MP, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica em dependências desta Instituição, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Subitem 3.2.1. "Em se tratando de licitação do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, não há necessidade de a licitante cotar todos os lotes previstos no ANEXO I deste Edital. Contudo é obrigatória a apresentação de proposta para todas as localidades que integram o lote cotado."

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais) e incidirá sobre o valor total estimado para o lote."

Mantendo-se inalteradas a data e a hora da abertura da sessão pública aprazada.

Comissão Julgadora de Licitações, aos 29 de outubro de 2020.

Técnica Administrativa / Seção Técnica de Materiais, no seguinte endereço: Av. Três de Março 511, Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP – CEP 18087-180, a partir de 03/11/2020 - de 2ª a 6ª feira, nos seguintes horários: das 09:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:00 horas. As informações também poderão ser obtidas pelos sites: www.bec.sp.gov.br, www.bec.fazenda.sp.gov.br, http://www.sorocaba.unesp.br/#/licitacoes/, e-negociospublicos.com.br, www.pregao.sp.gov.br ou solicitação de informações pelo e-mail compras.icts@unesp.br.

Encontra-se aberta na UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP – INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SOROCABA o Pregão Eletrônico nº 02/2020-ICTS – Oferta de Compra 102326100612020C00016, OBJETIVANDO A aquisição de equipamentos de condicionador de ar, conforme especificações do Edital, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

O PREGÃO ELETRÔNICO, para participação exclusiva de micro empresa (me) e empresa de pequeno porte (epp) e cooperativas, será realizado por meio eletrônico no site www.bec.sp.gov.br. O início do recebimento das propostas será dia 03/11/2020. O início da sessão pública será 13/11/2020 às 09:00h. O edital poderá ser consultado e as propostas enviadas por meio do endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Divisão Técnica Administrativa / Seção Técnica de Materiais, no seguinte endereço: Av. Três de Março 511, Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP – CEP 18087-180, a partir de 03/11/2020 - de 2ª a 6ª feira, nos seguintes horários: das 09:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:00 horas. As informações também poderão ser obtidas pelos sites: www.bec.sp.gov.br, www.bec.fazenda.sp.gov.br, http://www.sorocaba.unesp.br/#/licitacoes/, e-negociospublicos.com.br, www.pregao.sp.gov.br ou solicitação de informações pelo e-mail compras.icts@unesp.br.

MINISTÉRIO PÚBLICO

DIRETORIA GERAL

AVISO

Acha-se aberto no Ministério Público do Estado de São Paulo o Pregão Eletrônico nº 080/2020 – Oferta de Compra Nº 270101000012020C00073 - Processo nº 298/2020-DG/MP, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de café torado moído e em grãos.

Nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, os itens 1 e 2 estão divididos em cota principal e cota reservada.

A cota principal, poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

A cota reservada, apenas poderão participar os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital e que sejam considerados, nos termos da lei, microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.

Para o item 3, apenas poderão participar os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital e que sejam considerados, nos termos da lei, microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.

O Edital da presente licitação encontra-se à disposição dos interessados, nos endereços eletrônicos www.bec.fazenda.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br; e www.mpsp.mp.br e www.e-negociospublicos.com.br. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.fazenda.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, no dia 13/11/2020, às 11:30 horas.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 03/11/2020

Comissão Julgadora de Licitações, em 28 de outubro de 2020.

Pregão Eletrônico nº 079/2020 – Oferta de Compra Nº 270101000012020C00074 - Processo nº 256/2020-DG/MP.

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços visando implantação de Vigilância Eletrônica por sistemas de Controle de Acesso, CFTV, Alarme de intrusão, Detecção e Alarme de Incêndio, contemplando o fornecimento de materiais através de locação, bem como o emprego de mão de obra para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nas dependências dos imóveis ocupados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, localizados na Capital e no Interior.

3.2.1. Em se tratando de licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, não há necessidade de a licitante cotar todos os lotes previstos no ANEXO I deste Edital. Contudo é obrigatória a apresentação de proposta para todas as localidades que integram o lote cotado.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais) e incidirá sobre o valor mensal estimado da contratação, cuja alteração pela área interessada, se for o caso, poderá ocorrer até o limite máximo de 1% (um por cento). Leia-se:

Preâmbulo: "...Sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE – Processo nº 256/2020 – DG/MP, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica em dependências desta Instituição, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Subitem 3.2.1. "Em se tratando de licitação do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, não há necessidade de a licitante cotar todos os lotes previstos no ANEXO I deste Edital. Contudo é obrigatória a apresentação de proposta para todas as localidades que integram o lote cotado."

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 10,00 (dez reais) e incidirá sobre o valor total estimado para o lote."

Mantendo-se inalteradas a data e a hora da abertura da sessão pública aprazada.

Comissão Julgadora de Licitações, aos 29 de outubro de 2020.

Concursos

SEGUANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Pessoal

Comunicado Nº DP-1339/31/20

A Diretoria de Pessoal, em cumprimento à sentença proferida pelo Juiz de Direito da 13ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, que julgou improcedente a ação nos autos do Procedimento Comum Cível, processo nº 1059007-77.2019.8.26.0053, exclui o candidato BRUNO RAFAEL DOS SANTOS DIAS, RG 44.692.538-X, INSCRIÇÃO 40572676, do concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/23/118, e torna sem efeito a reserva de vaga constante do DOE nº 223, de 26-11-19.

A Diretoria de Pessoal, em cumprimento ao acórdão proferido pela 5ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que deram provimento em parte ao recurso nos autos de Apelação Cível, processo nº 1057447-03.2019.8.26.0053, reñunciu a candidata LUCIANA BORGES CARVALHO, RG 46.371.508-1, INSCRIÇÃO 38868989, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/23/118, e foi considerada APTA na etapa oral seguinte, devendo acompanhar as demais publicações no DOE.

Comunicado nº DP-34/31/20

A Diretoria de Pessoal CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Complexo Administrativo PM, sito na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, sala 146, Bairro Cedão - São Paulo/SP, em 23-11-20, às 9h00, para posse e início do exercício do cargo de Soldado PM de 2ª Classe, os quais foram nomeados em cumprimento à determinação judicial no processo respectivo, referente aos editais relacionados, conforme publicação inserida no DOE nº 212, de 27-10-20.

NOME - RG - EDITAL - PROCESSO - JUÍZO

Amanda Borges Barreto - 35.711.121-7 - 1/321/118 - 1004422-04.2019.8.26.0418 - 1ª CDPTI-SP - 1017974-10.2019.8.26.0053 - 10ª CDPTI-SP

Constantino Souza Thome - 4.486.168-2 - 1/321/118 - 1018752-77.2019.8.26.0053 - 4ª CDPTI-SP

Newton Cesar Mariano Pereira - 1.599.394-9 - 2/321/118 - 1059417-38.2019.8.26.0053 - 8ª CDPTI-SP

SAÚDE

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Secretaria da Saúde Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS PARA ANUNCIAÇÃO

Concurso público para contratação de Pessoal do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCMFUMSP - Os candidatos aprovados e classificados por seguinte relacionados, ficam convocados a comparecerem ao Setor de Admissão do Núcleo de Gestão de Pessoas - 1º andar - Prédio da Administração, no dia 04.11.2020 as 8h para Reunião de Admissão.

FUNÇÃO-ATIVIDADE - No. DE INSCRIÇÃO - NOME - RG CLASSIFICAÇÃO

DIRETORIA DE ENFERMAGEM para: Divisão de Enfermagem da Diretoria Executiva DO INSTITUTO CENTRAL, INSTITUTO DE ODONTOLOGIA, INSTITUTO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO, DIVISÃO DE HOSPITAL AUXILIAR DE SUZANO, INSTITUTO DE PSQUIATRIA E INSTITUTO DE RADIOLOGIA DO HCMFUMSP regido pelo Edital e Instruções Especiais 01/2017-CCP, constantes do Processo HC no. 2594/2017

CANDIDATOS COM OPÇÃO PARA O INSTITUTO CENTRAL

398.01324053/3 JULIANA DE ASSUNÇÃO LIRA 347532159 499

398.01330574/1 MARSELHA SILVA COSTA 341056790 500

O candidato deverá comparecer munido dos seguintes documentos (original ou cópia autenticada) de:

- Certificado, Diploma ou Atestado de conclusão da escolaridade exigida para o exercício da função-atividade de conformidade com o item 2 do Edital e Instruções Especiais;

- Cédula de Identidade do Conselho Regional de Classe ou da franquia provisória dentro do prazo de validade quando exigida para o exercício da função pleiteada;

- Certidão de Nascimento ou Casamento.

- O não comparecimento do candidato e a não apresentação dos documentos acima citados implicará na perda dos direitos decorrentes de sua habilitação no concurso público, para efeitos de inscrição.

O candidato que se achar impossibilitado de comparecer, poderá fazer-se representar por seu procurador devidamente credenciado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 0940/2019 – PROCESSO Nº 2304157/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 29/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 26/10/2019, PRORROGA, a partir de 18/12/2020, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, nos (s) componente(s) curricular(es): 1 – 334730 – História (Base Nacional Comum/ETIM/Ensino Médio – BNC/BNCC/ETIM/ MTeE/ EM com Ênfases/ PD).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 0940/2019 – PROCESSO Nº 2304157/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 29/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 26/10/2019, PRORROGA, a partir de 18/12/2020, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, nos (s) componente(s) curricular(es): 1 – 458565 – Filosofia (Base Nacional Comum/ETIM/Ensino Médio – BNC/BNCC/ETIM/ MTeE/ EM com Ênfases/ PD); 2 – 175315 – Sociologia (Base Nacional Comum/ETIM/Ensino Médio – BNC/BNCC/ETIM/ MTeE/ EM com Ênfases/ PD).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 0941/2019 – PROCESSO Nº 2304826/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 29/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 21/08/2019, PRORROGA, a partir de 18/12/2020, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, nos (s) componente(s) curricular(es): 1 – 175502 – Educação Física (Base Nacional Comum/ETIM/Ensino Médio – BNC/BNCC/ETIM/ MTeE/ EM com Ênfases/ PD).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 0941/2019 – PROCESSO Nº 2305038/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 29/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 21/08/2019, PRORROGA, a partir de 18/12/2020, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, nos (s) componente(s) curricular(es): 1 – 175533 – Biologia (Base Nacional Comum/ETIM/Ensino Médio – BNC/BNCC/ETIM/ MTeE/ EM com Ênfases/ PD).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 0941/2019 – PROCESSO Nº 2371443/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 29/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 21/08/2019, PRORROGA, a partir de 18/12/2020, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, nos (s) componente(s) curricular(es): 1 – 659002 – Fundamentos da Informática/Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTeE / AMS); 2 – 713028 – Banco de Dados II/Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTeE / AMS); 3 – 581237 – Redes de Comunicação de Dados/Informática Integrado ao Ensino Médio (ETIM).

ETEC ALBERTO SANTOS DUMONT – GUARUJÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 152/07/2019 – PROCESSO Nº 2299884/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 28/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da ETEC ALBERTO SANTOS DUMONT, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, TORNA SEM EFEITO o Edital de Convocação 004, publicado no DOE de 28/10/2020, Seção I, página 192, por motivo: O edital refere-se à convocação dos docentes Vitoria Zocca Batista, RG nº 48.466.383-5, aprovada em 1º lugar e Almir Douglas de Oliveira Marcellino, RG nº 41.977.013-6, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado (Edital 152/07/2019) no componente curricular Curricular Protocólo e Éiqueta. Não será mais necessário, já que uma docente, de outra unidade apresentou interesse pelas aulas e ampliou as mesmas.

ETEC DE RIO GRANDE DA SERRA – RIO GRANDE DA SERRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 282/01/2019 – PROCESSO Nº 861051/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 27/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Rio Grande da Serra, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, TORNA SEM EFEITO o Edital de Convocação nº 03, publicado no DOE de 14/10/2020, Seção I, página 139, por motivo: O Edital de Convocação refere-se a um componente curricular oferecido mediante equivalência conforme manifestação contida no memorando nº 411/2020 – CETEC/GFAC.

ETEC DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/01/2019 de 21/10/2019 – PROCESSO Nº 2843950/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/01/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 382, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/02/2019 de 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3196481/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/02/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 387, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/03/2019 de 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3199140/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE/SP



ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/37/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3205881/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/37/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 535, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/38/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3205955/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/38/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 543, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/39/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206282/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/39/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 548, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/40/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206183/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/40/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 553, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/41/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206395/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/41/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 556, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/42/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206479/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/42/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 561, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/43/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206548/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/43/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 563, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/44/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206614/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/44/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 611, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/45/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206690/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/45/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 385, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/46/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206761/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/46/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 374, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/47/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206832/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/47/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 369, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

ETEC DE BARUERI – BARUERI
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/48/2019 DE 21/10/2019 – PROCESSO Nº 3206883/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 14/10/2020

O Diretor de Escola Técnica da Etec de Barueri, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 245/48/2019 de 21/10/2019, publicado no DOE de 26/10/2019, Seção I, página(s) 364, por motivos: procedimento incorreto que não permite a retificação, impedimento do diretor para execução dos atos do certame, ações de combate a transmissão do COVID-19 e dificuldade na organização da Banca Examinadora devido a pandemia.

TURISMO

GABINETE DO SECRETÁRIO

relação de inscritos do edital do concurso 002/2020 de seleção de rotetores turísticos virtuais por municípios de São Paulo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA POLITÉCNICA

RETIFICAÇÃO EDITAL - EP/CONCURSOS – 044-2020
No Edital EP/Concursos – 044-2020, referente ao EP/Concursos – 076-2019, publicado no DOE de 08/08/2020, onde se lê: Conforme a Resolução 7955/2020, o concurso será realizado de forma remota. As provas que não puderem ser realizadas de forma remota, serão realizadas no prédio da Administração da Escola Politécnica, situado à Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa do Politécnico, nº 380, Cidade Universitária, São Paulo/SP.

Os candidatos deverão apresentar-se no dia 09 de novembro de 2020, às 9 horas, no prédio da Engenharia Mecânica, situado à Avenida Prof. Mello Moraes, nº 2231, Cidade Universitária, São Paulo/SP. Conforme a Resolução 7955/2020, o concurso será realizado de forma remota e as provas que não puderem ser realizadas desta forma, serão realizadas presencialmente.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMUNICADO
O Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo comunica que aprovou, "ad referendum" do Conselho Técnico Administrativo, em 28/10/2020, as inscrições dos candidatos: EBE CAMARGO PUGLIESE, ELIZA MARCIA OLIVEIRA LUIPE, VIVIANE DOS SANTOS SILVA, MARIANA ROCHA DA SILVEIRA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, ANTONIA APARECIDA KROLL SARTORI, ADRIELE LAMARCA, CAMILLA RODRIGUES MARAMGÃO

SIMONE DOS SANTOS PEREIRA e FLÁVIA DA COSTA LIMA FERNANDES no Processo Seletivo para contratação de um Professor Contratado III (Professor Doutor) ou Professor Contratado II (Assistente) ou Professor Contratado I (Auxiliar), por prazo determinado, em jornada de 12 horas semanais, para os cargos nº 1256009 e 1251325, concedido pela Comissão de Classificação, como segue: Membros Titulares: Profa. Dra. Vivian Batista da Silva (EDM-FEUSP), Prof. Dr. Edilson Aparecido Chaves (UFRR) e Profa. Dra. Rosebelly Nunes Marques, sob a presidência da primeira. Membros Suplentes: Profa. Dra. Ana Paula Zerbatto.

Na mesma data, o Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo aprovou, também "ad referendum" do CTA, a composição da Comissão Julgadora do referido Processo Seletivo, como segue: Membros Titulares: Profa. Dra. Vivian Batista da Silva (EDM-FEUSP), Prof. Dr. Edilson Aparecido Chaves (UFRR) e Profa. Dra. Rosebelly Nunes Marques, sob a presidência da primeira. Membros Suplentes: Profa. Dra. Ana Paula Zerbatto.

FACULDADE DE MEDICINA

ERRATA do Edital do processo seletivo aos programas de Residência Médica da FMUSP, PUBLICADO EM 22/10/2020
Comissão de Residência Médica, aos 28 de outubro de 2020
EDITAL: Especialidades de Anos Adicionais e de Áreas de Atuações

Onde se lê:
I – CÓDIGO DO PROGRAMA, PROGRAMAS OFERECIDOS, SITUAÇÃO DO CREDENCIAMENTO, DURAÇÃO, PROGRAMAS DE PRÉ-REQUISITO, NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PREVISTAS.
CÓD. - Programas / Credenciamento NO ADICIONAL - Pré-requisito - Duração (ano) - Vagas previstas
107 - Endocrinologia (credenciado) - Endocrinologia - 1 - 1

100 - Obstetria e Ginecologia (credenciado) - Obstetria e Ginecologia - 2

150 - Psiquiatria (credenciado) - Psiquiatria - 1 - 1
\* Previsão de bolsas provenientes do Ministério da Saúde
IV. JULGAMENTO DAS PROVAS

2. Serão considerados habilitados para a fase seguinte os candidatos que obtiverem em ordem crescente de nota da 1ª. fase as seguintes classificações, conforme tabela abaixo:

COD - Programas / Credenciamento
ANO ADICIONAL - Especialidade de Pré-requisito - Candidatos para a 2ª fase

107 - Endocrinologia - Endocrinologia - 4\*
100 - Obstetria e Ginecologia - Obstetria e Ginecologia - 6\*

150 - Psiquiatria - Psiquiatria - 3\*

Leia-se:
I – CÓDIGO DO PROGRAMA, PROGRAMAS OFERECIDOS, SITUAÇÃO DO CREDENCIAMENTO, DURAÇÃO, PROGRAMAS DE PRÉ-REQUISITO, NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PREVISTAS.

CÓD. - Programas / Credenciamento NO ADICIONAL - Pré-requisito - Duração (ano) - Vagas previstas

107 - Endocrinologia (credenciado) - Endocrinologia - 1 - 1

102 - Medicina Nuclear (credenciado) - Medicina Nuclear - 1 - 3\*

100 - Obstetria e Ginecologia (credenciado) - Obstetria e Ginecologia - 1 - 2

150 - Psiquiatria (credenciado) - Psiquiatria - 1 - 1

\* Previsão de bolsas provenientes do Ministério da Saúde
IV. JULGAMENTO DAS PROVAS

2. Serão considerados habilitados para a fase seguinte os candidatos que obtiverem em ordem crescente de nota da 1ª. fase as classificações, conforme tabela abaixo:

COD - Programas / Credenciamento
ANO ADICIONAL - Especialidade de Pré-requisito - Candidatos para a 2ª fase

107 - Endocrinologia - Endocrinologia - 4\*
102 - Medicina Nuclear - Medicina Nuclear - 9\*

100 - Obstetria e Ginecologia - Obstetria e Ginecologia - 6\*

150 - Psiquiatria - Psiquiatria - 3\*

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Retificação no Diário Oficial - Poder Executivo – Seção I
Páginas 126 e 127
Quarta-feira, 01 de julho de 2020

Processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - PPG-SP, para ingresso no primeiro semestre de 2021.

ONDE SE CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO
Onde se lê: Resultado da 2ª etapa (análise currículo e projeto de pesquisa) 30/10/2020

Leia-se: Resultado da 2ª etapa (análise currículo e projeto de pesquisa) 06/11/2020

Onde se lê: Arguição dos candidatos 03/11 a 30/11/2020

Leia-se: Arguição dos candidatos 09/11 a 02/12/2020

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - IAU
Alteração da data do concurso. Edital ATAC 1/2020 – Concurso de títulos e provas visando a obtenção do Título de Livre-Docente junto ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU da Universidade de São Paulo – Área de conhecimento: Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia.

A Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, realizada em sua 109ª sessão, em 28 de outubro de 2020, aprovou a alteração da data do Concurso para Professor Livre Docente Edital IAU ATAC 01/2020, de 29 e 30 de outubro de 2020, para os dias 19 e 20 de novembro, em função do Decreto nº 65.272/2020, o qual dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 28 de outubro de 2020 e suspende o expediente no dia 30 de outubro de 2020 (sexta-feira).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - IAU
Edital de homologação das inscrições. Edital ATAC 7/2020 - Processo seletivo para a contratação de 1 (um) docente por prazo determinado como Professor Contratado III (MS-3.1), na vaga Nº 1256068, Área de Conhecimento de Projeto de Arquitetura e Urbanismo (Projeto Urbano/Infraestrutura).

O Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, reunido em sua 69ª sessão, em 28 de outubro de 2020 analisou e aprovou as inscrições dos (as) doutores:

- 1 - Luísa Augusta Gabriela Teixeira Gonçalves
2 - Deivid Alêx de Bitencourt Monteiro
3 - Priscila Maria Penalva Partel
4 - Maira Fonseca de Almeida
5 - Mariana F P Rial
6 - Mayra Simone dos Santos
7 - Maristela da Silva Janjullo
8 - Camilla Moreno de Camargo
9 - Catharina Christina Teixeira
10 - Lucas Martins de Oliveira
São Carlos, 29 de outubro de 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - IAU
Edital de aprovação da composição comissão de seleção e convocação para as provas. Edital ATAC 7/2020 - Processo seletivo para a contratação de 1 (um) docente por prazo determinado como Professor Contratado III (MS-3.1), na vaga Nº 1256068, Área de Conhecimento de Projeto de Arquitetura e Urbanismo (Projeto Urbano/Infraestrutura).

O Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, reunido em sua 69ª sessão, em 28 de outubro de 2020 aprovou a seguinte composição da Comissão de Seleção.

- Membros Titulares:
1 - Prof. Dr. Jefferson Cristiano Tavares (IAU-USP)
2 - Prof. Dr. Bruno Luis Daminieli (IAU-USP)
3 - Prof.ª Dr.ª Renata Bovo Peres (UFSCAR)
Membros Suplentes:
1 - Prof. Titular João Marcos de Almeida Lopes (IAU/USP)
2 - Prof. Dr. Marcio Minto Floriano (IAU/USP)
3 - Prof.ª Dr.ª Catherine Otobdo (MacKenzie)

Foi indicado também, pelo CTA, como Presidente da Comissão de Seleção, o Prof. Dr. Jefferson Cristiano Tavares.

As provas serão realizadas no período de 10 a 13/11/2020, com início no dia 10 de novembro, às 8h30min, por meio de sistemas de videoconferência, em atendimento à Resolução Nº 8002, de 03 de agosto de 2020.

Ficam convocados (as) por esse Edital, a comissão de seleção e os avaliadores (as) inscritos (as):

- 1 - Luísa Augusta Gabriela Teixeira Gonçalves
2 - Deivid Alêx de Bitencourt Monteiro
3 - Priscila Maria Penalva Partel
4 - Maira Fonseca de Almeida
5 - Mariana F P Rial
6 - Mayra Simone dos Santos
7 - Maristela da Silva Janjullo
8 - Camilla Moreno de Camargo
9 - Catharina Christina Teixeira
10 - Lucas Martins de Oliveira
São Carlos, 29 de outubro de 2020.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

Portaria ICB-D-071, de 29 de outubro de 2020
Dispõe sobre as alterações do Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

O Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo em conformidade com o deliberado pela C. Congregação, em 19ª Reunião Ordinária, realizada em 28.10.2020, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos - CEPH, em substituição ao estabelecido pela Portaria Interna 26, de 01/09/2017 do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, aprovado pela Congregação na sua 388ª Sessão, de 30/08/2017 e alterado na 231ª Sessão, de 27-10-2010, 259ª Sessão, de 12-12-2002 e 356ª Sessão, de 28-05-2014.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Artigo 1º - O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEPH do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo de acordo com o que determina a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS) e as normas vigentes complementares, bem como a Norma Operacional nº 001/2013, no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, constitui uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente, vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por finalidade avaliar as pesquisas desenvolvidas em seres humanos, realizadas por alunos, funcionários e docentes do ICB da Universidade de São Paulo, sob os seguintes aspectos:

1. Ético;

2. O dentro do enquadramento na legislação vigente para a espécie, especialmente a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde;

3. Único - O Comitê poderá também avaliar pesquisas desenvolvidas por outros pesquisadores não vinculados ao ICB-Instituto de Ciências Biomédicas e à USP.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I - DA COMPOSIÇÃO

Artigo 2º - O CEPH terá composição multidisciplinar e multiprofissional, contando com 8 (oito) componentes titulares e 8 (oito) suplentes, dentre eles, pelo menos, um representante de estudantes, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional.

§ 1º - Os membros titulares e suplentes do CEPH do ICB/USP serão propostos pelo Diretor à Congregação do Instituto, que os indicará por maioria.

§ 2º - Os membros e os Coordenadores do CEPH terão mandato de 3 anos, renováveis.

§ 3º - O CEPH contará com pelo menos dois membros externos à Unidade que não sejam profissionais de saúde, sendo preferencialmente não docentes, para um mandato de três anos, sendo permitida recondução sucessiva.

§ 4º - O CEPH poderá contar com consultores "ad hoc", pessoas pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnico-científicos.

§ 5º - O CEPH comunicará as situações de vacância ou afastamento de membros e encaminhará informações justificadas sobre as substituições à CONEP conforme a Norma Operacional 001/13.

Artigo 3º - O CEPH contará com um Coordenador e um Coordenador-2, membros titulares do Comitê, eleitos pelos pares.

§ Único - Na eventual ausência ou impedimento do Coordenador, o Coordenador-2 responderá pelo CEPH.

Artigo 4º - O CEPH contará com uma Secretária exclusiva designada pelo Diretor do ICB/USP.

SEÇÃO II - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 5º - Compete ao CEPH:
I. analisar os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos submetidos na Plataforma Brasil;

II. emitir parecer substanciativo por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data da revisão;

III. manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo;

IV. acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;

V. desenvolver papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na pesquisa;

VI. organizar, no primeiro bimestre de cada ano, mesas-redondas, cursos de capacitação sobre ética em pesquisa ou outros eventos que congreguem área de conhecimento sobre bioética, para os membros e/ou comunidade acadêmica, objetivando contribuir no exercício de suas atividades, podendo articular-se com outros Comitês para a execução desse plano.

VII. receber dos participantes de pesquisa, ou de qualquer pessoa física ou jurídica, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, proceder às adequações documentais.

VIII. requerer instauração de sindicância à direção do ICB/USP, em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde - CONEP, e no que couber, a outras instâncias;

IX. manter comunicação regular e permanente com a CONEP e constituir-se em elo de comunicação entre o pesquisador e a CONEP;

X. acompanhar a legislação correspondente e propor alterações;

XI. elaborar seu regimento interno, aprovado por sua plenária, com quórum mínimo de dois terços dos membros.

SEÇÃO III - DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 6º - Ao Coordenador, e em sua ausência, ao Coordenador-2, incumbir dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do CEPH e, especificamente:

I. representar o CEPH em suas relações internas e externas;
II. instalar o Comitê e presidir suas reuniões;

III. suscitar pronunciamento do CEPH quanto às questões relativas aos projetos de pesquisa;

IV. promover a convocação das reuniões;

V. tomar parte nas discussões evocadas;

VI. indicar, dentre os membros do CEPH, os relatores dos projetos de pesquisa;

VII. indicar membros para realização de estudos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade do Comitê;

VIII. participar, como membro representante, do Escritório de Boas Práticas Científicas do ICB/USP.

Artigo 7º -



(portador de Esquema I). Obrigatoriamente acompanhado do diploma de Técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciada, em componente curricular em que vier a ser inscrever (portador de Esquema II); ou

3.3. Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CNP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015, obrigatoriamente acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduada, em componente curricular em que vier a ser inscrever.

4. Para titulação "graduado" em componente curricular da Formação Profissional do Ensino Médio, e/ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, comprovar ser portador de graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

#### COMPONENTE CURRICULAR

Administração; Administração ("EiF" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração Hotelaria; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Marketing; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuárias; Ciências Gerenciais e Organamentos; Ciências; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas;

#### CAPÍTULO IV

DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA-HORÁRIA

1. O valor da hora-aula prestada é de R\$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I-A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, e a que se refere o Subanexo 2, do Anexo XXII, do inciso XXII do artigo 1º da Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas-aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora-atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de reposição semanal remunerado.

2.1. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEEETPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

#### CAPÍTULO V

DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas no período de 29/10/2019 à 12/11/2019, no horário das 09H00 às 12H00 e DAS 14H00 às 17H00, no local abaixo indicado:

Unidade de Ensino: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI

Cidade: BARUERI

Endereço: RUA JOÃO BATISTA SOARES – 440

BAIRRO: NOVO CENTRO – CEP. 06641-135 – CIDADE: BARUERI

Telefone 11 4163-4655 OU 11 4163-4684

E-mail: e245op@cps.sp.gov.br

Site da Unidade de Ensino: <http://letcebdebarueri.blogspot.com.br/>

2. O CEEETPS – [www.cps.sp.gov.br](http://www.cps.sp.gov.br)

1.1. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos e suspensão de expediente legalmente decretados, apesar desses dias serem computados no prazo da inscrição.

2.1. Não serão aceitas as inscrições:

2.1.1. Ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou possuir nacionalidade portuguesa, desde que amparado pelo Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, na forma do disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Constituição Federal e pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998;

2.1.1.1. Poderá inscrever-se, ainda, os estrangeiros que possuírem o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE;

2.1.2. Na hipótese de o candidato estrangeiro lograr êxito no Processo Seletivo Simplificado, obriga-se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente, quando o mesmo se enquadrar na hipótese da naturalização ordinária, conforme o artigo 12, II, "a", da Constituição Federal do Brasil;

b) O preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante apresentação da cópia do requerimento da naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram, na hipótese da naturalização extraordinária, conforme o artigo 12, II, "b", da Constituição Federal do Brasil;

c) Tendo nacionalidade portuguesa, preencher os requisitos necessários à fúção dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

2.2. Possuir, no mínimo, 18 anos na data da inscrição;

2.3. Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

3. O candidato declara ser pessoa com deficiência, indicando na ficha de inscrição em campo específico e providenciando, até o término da inscrição, os documentos a seguir especificados:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado quando a deficiência for permanente ou de longa duração, ou de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado quando a deficiência não for permanente ou de longa duração, atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão;

3.2. Anexar ao Laudo Médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG da Carteira de Identidade, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser preenchido;

4. De acordo com a deficiência, o candidato indicará, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, conforme a seguir especificado;

4.1. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento de intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais ou de aparelho auditivo (sob suas expensas), que será inspecionado, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá encaminhar solicitação formal;

4.1.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor.

3. Para se inscrever por procuração, será entregue mandato, com firma reconhecida, acompanhada de uma cópia do documento de identidade do candidato e de uma cópia do documento de identidade do procurador. O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.

4. Não serão recebidas inscrições por via postal, fax-símile, internet, condicionais e/ou temporárias.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante requerimento, que constitui o ANEXO III do presente Edital.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requerer, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias:

6.1. A candidata lactante deverá encaminhar sua solicitação, até o término das inscrições, junto a Direção da Unidade de Ensino responsável pela seleção pública;

6.2. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata);

6.3. Não haverá compensação de tempo de amamentação e aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

6.4. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

6.5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.1. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.2. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.3. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.4. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.6. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.7. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.8. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.9. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.10. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.11. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.12. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.13. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.14. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.15. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.16. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.17. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.18. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.19. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.20. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.21. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

7.22. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

7.23. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

7.24. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

4.2. Ao candidato com deficiência física que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá solicitar mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência.

5. Os candidatos que não atenderem ao disposto nos subitens 3.1. e 3.2. do item 3.2. do presente Capítulo serão considerados pessoas sem deficiência. Nessas condições, mesmo que necessitarem dos recursos e condições específicas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, expostos nos subitens 4.1. e 4.2. do item 4, não terão o atendimento especial, provas diferenciadas e tempo adicional, seja qual for o motivo alegado.

6. O candidato com deficiência que necessitar de assistência para observar a exigência dos requisitos contidos neste Edital de abertura de inscrições e declarar-se ciente das condições estabelecidas na seleção pública.

7. Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da Prova de Métodos Pedagógicos, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de entrega do Memorial Circunstanciado e aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

11. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

13. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

14. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

15. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

16. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

17. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

18. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

19. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

20. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

21. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

22. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

23. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

24. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

25. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

26. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

27. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

28. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

29. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

30. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

31. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

32. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

33. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

34. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

35. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

36. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

37. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

14. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado juntamente com os demais candidatos, em igualdade de condições, no que diz respeito ao conteúdo e avaliação das provas.

15. Publicar-se-á no Diário Oficial do Estado, e divulgar-se-á no Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo, site do CEEETPS, site da Etec (quando houver) e, ainda, afixar nas dependências da Unidade de Ensino, as publicações de todos os Editais alusivos a seleção pública.

16. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da Prova de Métodos Pedagógicos, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de entrega do Memorial Circunstanciado e aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

17. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

18. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

19. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

20. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

21. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

22. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

23. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

24. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

25. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

26. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

27. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

28. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

29. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

30. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

31. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

32. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

33. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

34. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

35. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

36. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

37. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

38. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

39. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

40. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

41. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

42. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

43. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

44. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

45. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

46. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

47. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

48. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apresentar recurso em favor de sua condição.

49. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições correspondentes a função do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado da seleção pública.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos) e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

**CAPÍTULO XI DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE, FORMAÇÃO DE CADASTRO E ADMISSÃO**

1. Haverá lista onde constará todos os candidatos aprovados e classificados, por titulação "licenciado" e "graduado", de acordo com o estabelecido no Capítulo II deste Edital.

1.1. O candidato "licenciado" terá preferência sobre o "graduado";

1.2. A classificação final será publicada no Diário Oficial do Estado e divulgada no site do Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo, site do CEEETPS, site da Etec (quando houver) e, ainda, afixada nas dependências da Unidade de Ensino.

1.2.1. Relacionar-se-á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.2.2. Relacionar-se-á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identidade, CPF e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos;

1.2.3. Relacionar-se-á o candidato ausente pela ordem do número crescente de inscrição, contendo o número do documento de identidade e CPF.

2. Em face do disposto no artigo 7º do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018, e em caso de igualdade na pontuação final, aplicar-se-ão, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando-se a data do término das inscrições:

2.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, nos termos do parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais, com prioridade ao de maior idade;

2.2. Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/08/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10 de agosto de 2008;

2.2.1. Para que se beneficie deste critério de desempate, o candidato deverá:

a) informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;

b) estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprovare documental esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado;

2.3. Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal";

2.4. Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos;

2.5. Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos);

2.6. De maior idade;

2.7. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá da ficha de inscrição e da cópia do documento de identidade.

3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

4. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o respectivo exame.

5. Concluídos os exames a que se referem os itens 3 e 4 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

6. Após a publicação da homologação do Processo Seletivo Simplificado no DOE, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEEETPS nº 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar, por meio de Edital divulgado em DOE, o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s) para atribuição de aulas.

6.1. O Edital de Convocação será também divulgado no Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo, site do CEEETPS, site da Etec (quando houver) e, ainda, afixadas nas dependências da Unidade de Ensino;

6.2. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado;

6.3. O candidato que não atender à convocação da Unidade de origem do Processo Seletivo Simplificado, recusar as aulas oferecidas, deixar de entregar todas as documentações para formalização da admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido todos os direitos decorrentes da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado;

6.4. O candidato que por ocasião da convocação aceitar as aulas oferecidas, porém no ato da entrega das documentações para formalização da admissão não comprovar possuir o requisito de titulação descrito no Capítulo II deste Edital, também terá exaurido todos os direitos decorrentes da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado;

6.5. O candidato que declarar totalmente das aulas oferecidas assinar o termo de desistência;

6.6. Na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição poder-se-á ampliar carga horária, no dia seguinte ao da escolha e atribuição de aulas, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas e do Catálogo de Requisitos de Titulação, e desde que o candidato admitido por meio do Processo Seletivo Simplificado mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

7. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

7.1. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato para o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho;

7.2. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

8. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Ensino Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

8.1. O início do exercício é condicionado à entrega do atestado de Saúde Ocupacional e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar-se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

9. O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEEETPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico em uma Etec, observado o disposto no item 7 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

**CAPÍTULO XII DOS RECURSOS**

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respei-

to, tendo como termo inicial o 1º (primeiro) dia útil subsequente a data de ocorrência da publicação de cada uma das fases do Processo Seletivo Simplificado em Diário Oficial do Estado, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

1.1. O recurso interposto pelo candidato deverá ser entregue e protocolado na Unidade de Ensino antes de inscrever, em duas vias (original e cópia), e na hipótese da ocorrência das situações previstas no subitem 1.1. do item 1 do Capítulo XIV do presente Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela continuidade do Processo Seletivo Simplificado;

1.2. O prazo de 3 (três) dias úteis previsto no item 1 do presente Capítulo não se aplica ao item 10 do ANEXO VIII do presente Edital, caso de recurso interposto em sede de recurso.

2. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

3. Cada questão ou item deverá ser apresentado com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado, desde que devidamente fundamentado.

5. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitosos, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.

6. O recurso interposto por procurador só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato e de cópia reprográfica do documento de identidade do procurador.

7. Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital, que não contenham os elementos determinados nos itens anteriores ou que estejam fora do prazo estipulado no item 1 deste Capítulo.

8. A apreciação do recurso é de competência do Diretor da Unidade de Ensino, cuja decisão é publicada no DOE.

8.1. O prazo para publicação em DOE do resultado do recurso será de até 15 (quinze) dias, tendo como termo inicial o 1º (primeiro) dia útil subsequente a data de protocolo do recurso pelo candidato.

8.2. O prazo de até 15 (quinze) dias previsto no subitem anterior, não se aplica ao item 10 do ANEXO VIII do presente Processo Seletivo Simplificado.

9. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

10. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

11. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

11.1. Na existência de recursos que inviabilizem a realização da prova na data fixada, a nova data deverá ser estabelecida após a resolução definitiva dos recursos impetrados e, neste caso, caberá a Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, avisar aos candidatos a nova data fixada para a realização da prova.

**CAPÍTULO XIII DO APROVEITAMENTO DOS CANDIDATOS REMANESCENTES**

1. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Etec do CEEETPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

1.1. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final do componente curricular objeto da convocação;

1.2. O candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação na outra Unidade de Ensino não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado;

1.3. O candidato que vier a ser admitido na condição a que alude o item 1 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar-se de uma nova convocação neste Processo Seletivo Simplificado.

2. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

**CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento do presente Edital e seu compromisso de aceitação das condições do Processo Seletivo Simplificado aqui estabelecidas.

1.1. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino, devendo necessariamente a execução das provas ocorrer nas instalações da Unidade de Ensino para a qual se destina o Processo Seletivo Simplificado.

2. Todas as fases referentes ao Processo Seletivo Simplificado são divulgadas no DOE, divulgadas no Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo, bem como no site do CEEETPS e, ainda, no site da Etec (quando houver), e nas dependências da Unidade de Ensino.

3. A inexistência de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

4. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

5. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

5.1. Em logrando êxito no Processo Seletivo Simplificado, o estrangeiro que não cumprir as exigências previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 2.1.2. do item 2 do Capítulo V do presente Edital, será desclassificado do mesmo.

6. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos no Edital.

7. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data de homologação em DOE, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Direção da Unidade de Ensino.

8. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado.

9. O candidato que aceitar as aulas oferecidas, mas não entregar a documentação para formalizar a admissão ou não entrar em exercício, nos prazos estipulados, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

10. A Deliberação CEEETPS nº 41 de 09/08/2018, encontra-se afixada nas dependências da Etec, bem como no site do CEEETPS.

11. O Edital na íntegra encontra-se afixado nas dependências da Unidade de Ensino.

**ANEXO I – A QUE SE REFERE O ITEM 2 DO CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS, DO EDITAL Nº 245/08/2019**

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

A. Do período de inscrições: 29/10/2019 a 12/11/2019

B. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Definição e Indeferimento de Inscrições, Designação da Banca Examinadora e Convocação para a Entrega do Memorial Circunstanciado: 14/11/2019 a 22/11/2019

C. Do período provável para execução dos atos concernentes ao Exame de Memorial Circunstanciado (entrega, análise e publicação do resultado em DOE): 19/11/2019 a 09/12/2019

D. Do período provável para execução dos atos concernentes a aferição da veracidade da autodeclaração (convocação de licenciado, revalidado e respectivas publicações em DOE): 22/11/2019 a 12/12/2019

E. Do período provável para execução dos atos concernentes a Prova de Métodos Pedagógicos (publicação em DOE da convocação e realização): 27/11/2019 a 17/12/2019

F. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e Classificação Final: 02/12/2019 a 20/12/2019

G. Do período provável da divulgação em DOE do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 05/12/2019 a 20/12/2019

H. A data de entrega do Memorial Circunstanciado e da realização da Prova de Métodos Pedagógicos constará dos seguintes Editais:

H.1. Edital de Deferimento e Indeferimento de Inscrições, de Designação da Banca Examinadora e Convocação para a Entrega do Memorial Circunstanciado;

H.2. Edital de Resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos;

H.3. Edital de Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver);

I. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram-se dispostos no Capítulo XII do presente Edital.

**ANEXO II – A QUE SE REFERE O ITEM 1 DO CAPÍTULO II DA FUNÇÃO CORRESPONDENTE AO EMPREGO PÚBLICO PERMANENTE DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, DO EDITAL Nº 245/08/2019**

1. Atribuições a que alude o artigo 93 do REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS DO CEEETPS

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Cursos, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino;

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade;

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos;

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte;

5. Cumprir os dias letivos e as horas-aula estabelecidas pela legislação e pela escola;

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEEETPS;

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec;

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos;

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente;

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais;

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação;

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização;

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

**ANEXO III – A QUE SE REFERE O ITEM 5 DO CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES, DO EDITAL Nº 245/08/2019**

1. Célula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, portador da Célula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, venho à presença do Diretor da Unidade de Ensino solicitar, em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a inclusão e uso do meu nome social, para todos os fins de tratamento relacionados ao Processo Seletivo Simplificado de Professor de Ensino Médio e Técnico Edital nº 245/08/2019.

Nestes termos, Peço deferimento.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do requerente

Obs.: Este requerimento preenchido deve ser protocolado na Etec até o último dia das inscrições.

**ANEXO IV – A QUE SE REFERE O SUBITEM 6.3. DO ITEM 6 DO CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES, DO EDITAL Nº 245/08/2019**

Eu, \_\_\_\_\_, portadora da Célula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrita no CPF sob nº \_\_\_\_\_, venho à presença do Diretor da Unidade de Ensino, solicitar a meu nome (filha) durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Professor de Ensino Médio e Técnico Edital nº 245/08/2019.

E indico para guarda: Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nestes termos, Peço deferimento. Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Assinatura da candidata

Obs.: Deverá entregar este requerimento devidamente preenchido e assinado juntamente com cópia da certidão de nascimento do lactente e do documento de identidade com foto do adulto responsável por sua guarda no decorrer da Prova.

**ANEXO V – A QUE SE REFERE O ITEM 4 DO CAPÍTULO VII – DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, DO EDITAL Nº 245/08/2019**

Eu, \_\_\_\_\_, portador da Célula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 245/08/2019 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais: \_\_\_\_\_

Nestes termos, Peço deferimento. Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na Unidade até o último dia das inscrições.

**ANEXO VI – A QUE SE REFERE O SUBITEM 2.1. DO ITEM 2 DO CAPÍTULO IX – DAS PROVAS, DO EDITAL Nº 245/08/2019**

**MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO**

I – DADOS GERAIS: NOME: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

TELEFONE CELULAR: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA (Documentação comprobatória da formação acadêmica na seguinte conformidade: Diploma ou Certificado de Conclusão ou Declaração / Atestado de Conclusão de Curso)

A – DOUTORADO A.1. – DOUTORADO VINCULADO AO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM: \_\_\_\_\_

DOUTOR EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

A.2. – DOUTORADO RELACIONADO A ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: \_\_\_\_\_

DOUTOR EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

A.3. – DOUTORADO EM OUTRA ÁREA: \_\_\_\_\_

DOUTOR EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

B – MESTRADO B.1. – MESTRADO VINCULADO AO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM: \_\_\_\_\_

MESTRE EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

B.2. – MESTRE EM OUTRA ÁREA: \_\_\_\_\_

MESTRE EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

C – ESPECIALIZAÇÃO C.1. – ESPECIALIZAÇÃO VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM: \_\_\_\_\_

ESPECIALISTA EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

C.2. – ESPECIALIZAÇÃO RELACIONADA A ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: \_\_\_\_\_

ESPECIALISTA EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

C.3. – ESPECIALIZAÇÃO EM OUTRA ÁREA: \_\_\_\_\_

ESPECIALISTA EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

D – LICENCIATURA D.1. – LICENCIATURA VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM: \_\_\_\_\_

LICENCIADO EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DO TÍTULO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

D.2. – LICENCIATURA EM OUTRA ÁREA: \_\_\_\_\_

GRADUADO EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DA GRADUAÇÃO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

E.1. – GRADUAÇÃO RELACIONADA A ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: \_\_\_\_\_

GRADUADO EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DA GRADUAÇÃO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

E.2. – GRADUAÇÃO EM OUTRA ÁREA: \_\_\_\_\_

GRADUADO EM: \_\_\_\_\_ NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: \_\_\_\_\_ DATA DA OBTENÇÃO DA GRADUAÇÃO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ OU \_\_\_\_\_

**III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR**

(Documentação comprobatória de experiência profissional como docente no Ensino Médio e/ou Ensino Técnico, professor voluntário ou professor de ensino superior na seguinte conformidade: Declaração (especificar função / cargo / emprego e período) / CTPS (cópia do pag. do contrato de trabalho, bem como outras págs. que permitam identificar a atividade exercida e período – exceto para professor voluntário)

A. – PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU MÉDIO TÉCNICO (COM MINISTRAÇÃO DE AULAS NO MESMO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM, OU COM MINISTRAÇÃO DE AULAS NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO): \_\_\_\_\_

Listar as experiências, relacionando-as da atual ou mais recente para as mais antigas, informando: De \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: \_\_\_\_\_

A.1. – Período Trabalhado: \_\_\_\_\_

A.2. – Período Trabalhado: \_\_\_\_\_

B. – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (COM MINISTRAÇÃO DE AULAS NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO): \_\_\_\_\_

Listar as experiências, relacionando-as da atual ou mais recente para as mais antigas, informando: De \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: \_\_\_\_\_

B.1. – Período Trabalhado: \_\_\_\_\_

B.2. – Período Trabalhado: \_\_\_\_\_

C. PROFESSOR VOLUNTÁRIO (COM MINISTRAÇÃO DE AULAS NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO): \_\_\_\_\_

Listar as experiências, relacionando-as da atual ou mais recente para as mais antigas, informando: De \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: \_\_\_\_\_

C.1. – Período Trabalhado: \_\_\_\_\_

C.2. – Período Trabalhado: \_\_\_\_\_

C.3. PROFESSOR VOLUNTÁRIO (COM MINISTRAÇÃO DE AULAS NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR PARA COMPONENTE PERTENCENTE A BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO):

De \_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_  
 Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Orgão  
 Público:

C.2. – Período Trabalhado:  
 De \_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_  
 Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Orgão  
 Público:

DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR (COM MINISTRAÇÃO DE AULAS NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR, PARA COMPONENTE PERTENCENTE À BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO):

Listar as experiências, relacionando-as da atual ou mais recente para as mais antigas, informando:

D.1. – Período Trabalhado:  
 De \_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_  
 Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Orgão  
 Público:

D.2. – Período Trabalhado:  
 De \_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_  
 Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Orgão  
 Público:

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR, PARA COMPONENTE PERTENCENTE À BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO) (Documentação comprobatória de experiência profissional fora da área da docência na seguinte conformidade: Declaração (especificar função / cargo / emprego e período) / CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como outras páginas que permitam identificar a atividade exercida e período)

Listar as experiências, relacionando-as da atual ou mais recente para as mais antigas, informando:

A. – Período Trabalhado:  
 De \_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_  
 Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Orgão  
 Público:

D. – Período Trabalhado:  
 De \_\_\_\_\_ Até \_\_\_\_\_  
 Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Orgão  
 Público:

DATA  
 ASSINATURA

IMPORTANTE: NOS TERMOS DO SUBITEM 2.1.1, DO ITEM 2 DO CAPÍTULO IX – DAS PROVAS, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES DEVERÁ FIGURAR COMO ANEXO AO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO, POR CÓPIA, TODA A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NOS TÓPICOS II, III E IV DO MEMORIAL.

ANEXO VII – A QUE SE REFERE O ITEM 8 DO CAPÍTULO XI – DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE, FORMAÇÃO DE CADASTRO E ADMISSÃO, DO EDITAL Nº 245/08/2019

DOCUMENTAÇÃO A QUE ALUDE O MANUAL DE RECURSOS HUMANOS

1. Currículo atualizado (simplicado);

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade);

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade);

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade);

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade);

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento;

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso;

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro;

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG;

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

11. Cópia do PIS/PASEP;

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais;

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência);

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil;

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a atendimento especializado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações;

17.2. Comprovar registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

ANEXO VIII – A QUE SE REFERE O ITEM 7 DO CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES, DO EDITAL Nº 245/08/2019 DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

A pontuação diferenciada (PD) para pretos, pardos e indígenas autorizada pela Lei Complementar nº 1.253, de 15 de janeiro de 2015, e instituída e disciplinada pelo Decreto nº 63.979/2018, de 19 de dezembro de 2018, consiste em acrescidas na pontuação final dos candidatos beneficiários em cada fase do Processo Seletivo Simplificado, conforme fatores de equiparação especificados no citado Decreto nº 63.979/2018, e será aplicada aos candidatos inscritos nessa condição obedecido aos seguintes procedimentos:

1. Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 63.979/2018, para fazer jus à pontuação diferenciada (PD), deverá(o) candidato(s), utilizando os campos específicos da ficha de inscrição destinada ao presente certame, declarar cumulativamente:

1.1. que é preto, pardo ou indígena;

1.2. sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015;

1.3. que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada (PD), nos termos do Decreto nº 63.979/2018;

1.4. é permitido ao candidato declarar-se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada (PD), submetendo-se às regras gerais estabelecidas no Edital nº 245/08/2019.

2. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD) a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada (PD).

MCA = a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada (PD).

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados. Entende-se por candidato inabilitado aquele que NÃO alcançou ou superou o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência. A eliminação dos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado no Edital do certame ocorrerá após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

2.1. A pontuação diferenciada (PD) não será aplicada:

2.1.1. na inexistência de candidatos beneficiários do sistema diferenciado entre os habilitados;

2.1.2. quando na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla);

2.1.3. em fases do Processo Seletivo Simplificado nas quais não seja estabelecida nota mínima no Edital, e o candidato preto, pardo ou indígena obtiver pontuação/nota (resultado) igual a 0 (zero) na respectiva fase.

3. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada (PD) às notas/pontuações finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) \* NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota/pontuação na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na etapa (fase) do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota/pontuação final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota/pontuação simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

4. Nos cálculos descritos nos itens 2 e 3 deste ANEXO devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

5. Ao candidato preto, pardo ou indígena, que seja pessoa com deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada (PD), cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, que dispõe sobre reserva nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e da providências correlatas.

6. A veracidade da declaração de que trata o subitem 1.1 do item 1 deste ANEXO, será verificada por Comissão de Verificação designada pela direção da Etec, com no mínimo 3 (três) membros, que em relação ao sistema de pontuação diferenciada (PD) terá as seguintes atribuições:

6.1. ratificar a autodeclaração firmada pelos candidatos que manifestarem interesse em serem beneficiários do sistema de pontuação diferenciada (PD);

6.2. decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito dos candidatos a fazerem jus à pontuação diferenciada (PD);

6.3. decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interpostos por candidatos contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração;

7. No presente Processo Seletivo Simplificado, a verificação visará a ratificar a veracidade da autodeclaração dos candidatos inscritos que optaram pela pontuação diferenciada ocorrendo após a realização do Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos), prevista no subitem 1.1. do item 1. do CAPÍTULO IX – DAS PROVAS deste Edital e será feita sempre hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

7.1. Para execução da verificação aludida no item 7, e após decorrido o prazo de recurso previsto no item 1, do CAPÍTULO XII – DOS RECURSOS do Edital de Abertura de Inscrições e a designação da Comissão de Verificação, será(o) o(s) candidato(s) que se declararam pretos(s), pardos(o) ou indígenas(s) e optaram pela pontuação diferenciada (PD), convocado(s) por Edital para comparecer(em) perante a citada Comissão de Verificação para decidir quanto a ratificação da autodeclaração firmada no ato da inscrição;

7.2. Na hipótese de não comparecimento do(s) candidato(s) convocado(s) na forma do subitem anterior, será(o) o(s) mesmo(s) eliminado(s) do certame abrido-se o prazo de recurso estabelecido no item 10 deste ANEXO;

7.3. Considerado improcedente o recurso, com a manutenção da eliminação do(s) candidato(s), retificar-se-á o Edital de Resultado do Exame de Memorial Circunstanciado divulgado no Diário Oficial do Estado e nos outros instrumentos de comunicação.

8. Para aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos e pardos será verificada a fonefonia (aparência) e, caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

8.1. Para comprovação da ascendência, será exigido do candidato documento idôneo, em foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada (PD).

8.1.1. o não atendimento à exigência disposta no subitem anterior implicará na eliminação do candidato, abrido-se o prazo de recurso estabelecido no item 10 deste ANEXO.

9. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena será exigido o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio – Rani em um de seus genitores.

10. Ao candidato que vier a ser eliminado do concurso em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, após pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI – BARUERI  
 EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/44/2019

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI, da cidade de BARUERI, à vista das disposições do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41, de 9, publicada no DOE de 16/08/2018, e republicada no DOE de 23/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação trabalhista complementar, no componente curricular a seguir discriminado:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

História e Base Nacional Comum (ETIM/ Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MteC))

CAPÍTULO I  
 DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS nº 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008, publicada no DOE de 14/05/2008, alterada pela Lei Complementar nº 1.240, de 22/04/2014, publicada no DOE de 23/04/2014.

2. A execução do Processo Seletivo Simplificado obedecerá, dentro do possível, o cronograma de atividades constante do ANEXO I do presente Edital.

2.1. Qualquer alteração no cronograma que constitui o ANEXO I implicará necessariamente em nova publicação do mesmo no Diário Oficial do Estado – DOE, destacando a(s) alteração(ões) procedida(s).

CAPÍTULO II  
 DA FUNÇÃO CORRESPONDENTE AO EMPREGO PÚBLICO PERMANENTE DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS nº 3, de 18/07/2013, publicada no DOE de 28/08/2013, que constitui o ANEXO II do presente Edital.

DOS REQUISITOS DE TITULAÇÃO

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência, instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008, publicada no DOE de 17/07/2008, alterada pela Deliberação CEETEPS nº 21, de 13/08/2015, publicada no DOE de 15/08/2015, e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CEETEC nº 1, de 19, publicada no DOE de 26/02/2013.

2. Para o componente curricular da Base Nacional Comum e Parte Diversificada do Ensino Médio, comprovar ser portador de licenciatura ou equivalente desde que previsto no requisito, para ser enquadrado na titulação “licenciado”.

2.1. Quando se tratar de licenciatura equivalente, obrigatoriamente acompanhado do diploma de curso de formação ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação do docente.

3. Para titulação “licenciado”, em componente curricular da Formação Profissional do Ensino Médio e/ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o candidato comprovará ser portador de:

3.1. Licenciatura de acordo com o relacionado no requisito;

3.2. Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial B58 nº 432 de 19, publicada a 20/07/1997, Esquemas I e II. Obrigatoriamente acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever (portador de Esquema I). Obrigatoriamente acompanhado do diploma de Técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação Licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever (portador de Esquema II);

3.3. Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015, obrigatoriamente acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

4. Para titulação “graduado”, em componente curricular da Formação Profissional do Ensino Médio, e/ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, comprovar ser portador de graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que vier a se inscrever.

CIÊNCIAS SOCIAIS COM HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA (LP); Estudos Sociais com Habilitação em História (LP); Filosofia (LP); Geografia com Habilitação em História (LP); História (LP);

CAPÍTULO IV  
 DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA-HORÁRIA

1. O valor da hora-aula prestada é de R\$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I-A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere o Subanexo 2, do Anexo XXII, do inciso XXII do artigo 1º da Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas-aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora-atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas remuneradas.

2.1. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

CAPÍTULO V  
 DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas no período de 29/10/2019 à 12/11/2019, no horário das 09H00 AS 12H00 E DAS 14H00 AS 17H00, no local abaixo indicado:

Unidade de Ensino: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI  
 Cidade: BARUERI  
 Endereço: RUA JOÃO BATISTA SOARES – 440  
 BAIRRO: NOVO CENTRO – CEP: 06641-135 – CIDADE: BARUERI  
 Telefone: 11 4163-4655 OU 11 4163-4684  
 E-mail: e245ps@cps.sp.gov.br  
 Site da Unidade de Ensino: <http://etecdebarueri.blogspot.com.br/>  
 Site do CEETEPS: [www.cps.sp.gov.br](http://www.cps.sp.gov.br)

1.1. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos e suspensão de expediente legalmente decretados, após desses dias serem computados no prazo da inscrição.

2. São condições para inscrição:

2.1. Ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou possuir nacionalidade portuguesa, desde que amparado pelo Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, na forma do disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Constituição Federal e pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998;

2.1.1. Poderá inscrever-se, ainda, os estrangeiros que possuem o preenchimento das condições exigidas na legislação do Processo Seletivo Simplificado, obriga-se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente, quando o mesmo se enquadra na hipótese da naturalização ordinária, conforme o artigo 12, II, “a”, da Constituição Federal do Brasil;

b) O preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante apresentação da cópia do requerimento da naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíam, na hipótese da naturalização extraordinária, conforme o artigo 12, II, “b”, da Constituição Federal do Brasil;

c) Tendo nacionalidade portuguesa, preencher os requisitos necessários à fuição dos benefícios do Estado de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíam.

2.2. Possuir, no mínimo, 18 anos na data da inscrição;

2.3. Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

2.4. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral;

2.5. Estar com o Cadastro de Pessoa Física – CPF regularizado;

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações do emprego;

2.7. Não estar cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público ou entidade federal, estadual e/ou municipal;

2.8. Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT;

2.9. Não ter sido demitido e/ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968;

2.10. Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no Capítulo III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das instituições previstas como requisito;

2.11. Entregar uma cópia legível de um documento de identidade, no prazo de validade. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997;

2.12. Preencher ficha de inscrição, fornecida pela Unidade de Ensino, na qual declara possuir as condições indicadas nos subitens 2.1 a 2.10. do item 2 do presente Capítulo e juntar uma cópia legível de um documento de identidade que contenha o número do Registro Geral – RG, ou, no caso de estrangeiro, do Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

3. Para se inscrever por procuração, será entregue mandato, com firma reconhecida, acompanhada de uma cópia do documento de identidade do candidato e de uma cópia do documento de identidade do procurador. O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador, a efetuar a inscrição.

4. Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile, internet, condicionais e/ou extemporâneas.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa natural ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do “nome social” para tratamento, mediante requerimento, que constitui o ANEXO III do presente Edital.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que a requerida, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

6.1. A candidata lactante deverá encaminhar sua solicitação, até o término das inscrições, junto à Direção da Unidade de Ensino responsável pela seleção pública;

6.2. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata);

6.3. No requerimento, que constitui o ANEXO IV do presente Edital, deverá constar os dados do adulto responsável pela guarda do lactante, e ao requerimento a candidata deverá juntar cópia da certidão de nascimento do lactante e do documento de identidade com foto do adulto responsável;

6.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata;

6.5. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal;

6.6. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

7. Ao candidato preto, pardo ou indígena que se inscrever no presente certame fica garantida a aplicação das disposições do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018, que institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos e processos seletivos simplificados, nos termos autorizados pela Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015, e na forma do ANEXO VII ao presente Edital.

8. A inscrição implicará o conhecimento das condições previstas no Edital e o compromisso de aceitação pelo candidato.

9. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o Diário Oficial do Estado, Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo (mantido pela Unidade Central de Recursos Humanos do Estado, da Secretaria da Fazenda e Planejamento) e site do CEETEPS, ou por meio de divulgações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino, ou no site da Etec (quando houver), as publicações de todos os Editais alusivos ao Processo Seletivo Simplificado.

9.1. As publicações afixadas nas dependências da Unidade de Ensino e no site da Etec não têm caráter oficial, sendo meramente informativas.

10. A apresentação dos documentos exigidos, para efeito de inscrição, não exime o candidato da satisfação dos requisitos legais para a admissão.

CAPÍTULO VI  
 DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Etec, cujo resultado será publicado no Diário Oficial do Estado, divulgado no Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo, site do CEETEPS e afixadas nas dependências da Unidade de Ensino e, ainda, no site da Etec (quando houver).

2. Além de atender ao requisito previsto no Capítulo III, o deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento da ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador e, ainda, do atendimento às condições elencadas nos subitens 2.1 a 2.12. do item 2 do Capítulo V deste Edital.

2.1. Será indeferida, ainda, a inscrição do candidato quando:

2.1.1. Não registrar na ficha de inscrição a titulação;

2.1.2. Não apor a assinatura na ficha de inscrição;

2.1.3. Quando a cópia dos documentos juntados não estiver em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

CAPÍTULO VII  
 DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Aos candidatos com deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual nº 683, de 18/09/1992, com as alterações previstas na Lei Complementar Estadual nº 992, de 08/11/2002, e Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função correspondente ao emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09/07/2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25/08/2009.

3. O candidato declara ser pessoa com deficiência, indicando-a na ficha de inscrição em campo específico e providenciando, até o término da inscrição, os documentos a seguir especificados:

autoridade certificadora oficial

imprensa oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente